

Concessionária
Rota do Atlântico S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013
e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Atlântico S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 5 de fevereiro de 2014

A handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

A handwritten signature in blue ink that reads "José Vital Pessoa Monteiro Filho".

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.956	483	Fornecedores (Nota 12)	1.334	4.091
Tributos a recuperar (Nota 7)	838	833	Tributos a recolher (Nota 13)	1.089	213
Despesas antecipadas	370	94	Obrigações sociais e trabalhistas	2.199	399
Outros ativos	203	99	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	193.094	
	<u>4.367</u>	<u>1.509</u>		<u>197.716</u>	<u>4.703</u>
			Não circulante		
			Empréstimos e financiamentos (Nota 11)		64.917
			Partes relacionadas (Nota 8)		19
			Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)		349
					<u>65.285</u>
Não circulante			Patrimônio líquido (Nota 14)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	8.967		Capital social	86.756	60.000
Imobilizado (Nota 9)	226	304	Prejuízos acumulados	(18.996)	(8.615)
Intangível (Nota 10)	251.916	119.560			
	<u>261.109</u>	<u>119.864</u>		<u>67.760</u>	<u>51.385</u>
Total do ativo	<u><u>265.476</u></u>	<u><u>121.373</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>265.476</u></u>	<u><u>121.373</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações continuadas		
Receita de construção (Nota 15)	137.708	74.348
Custo de construção (Nota 16)	<u>(136.344)</u>	<u>(73.612)</u>
Lucro bruto	1.364	736
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(19.049)	(9.262)
Outras receitas operacionais	<u>21</u>	<u>61</u>
Prejuízo operacional	(17.664)	(8.465)
Resultado financeiro, líquido (Nota 18)		
Receitas financeiras	104	495
Despesas financeiras	<u>(2.137)</u>	<u>(367)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(19.697)	(8.337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	<u>9.316</u>	<u>(250)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(10.381)</u>	<u>(8.587)</u>
Prejuízo do exercício por lote de um mil de ações do capital social - R\$	<u>(119,66)</u>	<u>(143,12)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2012	60.000	(28)	59.972
Prejuízo do exercício		<u>(8.587)</u>	<u>(8.587)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>60.000</u>	<u>(8.615)</u>	<u>51.385</u>
Aumento de capital (Nota 14)	26.756		26.756
Prejuízo do exercício		<u>(10.381)</u>	<u>(10.381)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>86.756</u>	<u>(18.996)</u>	<u>67.760</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social diferidos	(19.697)	(8.337)
Ajustes		
Margem de construção (Nota 15)	(1.364)	(736)
Depreciação e amortização	286	321
Juros e variações monetárias líquidas	1.775	1.663
	<u>(19.000)</u>	<u>(7.089)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Despesas antecipadas	(276)	70
Tributos a recuperar	(5)	(236)
Outros ativos	(104)	(99)
Fornecedores	885	3.987
Obrigações sociais e trabalhistas	1.800	208
Tributos a recolher	877	(726)
	<u>(15.823)</u>	<u>(3.885)</u>
Caixa gerado pelas operações		
Juros pagos - Empréstimo	(3.646)	
Juros pagos - Mútuo	(1.141)	(148)
	<u>(20.610)</u>	<u>(4.033)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(20.610)	(4.033)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao intangível	(126.138)	(76.110)
Adições ao imobilizado		(359)
	<u>(126.138)</u>	<u>(76.469)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(126.138)	(76.469)
Fluxo das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas		11.588
Obtenção de empréstimos e financiamentos	199.085	63.254
Amortização de empréstimos e financiamentos	(76.620)	(11.420)
Aumento de capital social	26.756	
	<u>149.221</u>	<u>63.422</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	149.221	63.422
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.473	(17.080)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>483</u>	<u>17.563</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.956</u>	<u>483</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“Rota do Atlântico” ou “Companhia”) foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – “Express Way”, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco) - em 18 de julho de 2011.

A extensão concedida do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – “Express Way” é de 45 km, e o projeto será responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

A concessão, pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permite a possibilidade da exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, gerenciamento da obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Adicionalmente, a Rota do Atlântico terá estrutura operacional equipada com Centro de Controle Operacional (CCO), base operacional com posto de atendimento ao usuário, postos de pesagem móveis, pátios logísticos, cinco praças de pedágio e um novo posto para a Polícia Militar Rodoviária.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

As obras tiveram início no mês de agosto de 2011, com conclusão prevista no primeiro trimestre de 2014.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 193.349 (em 31 de dezembro de 2012 negativo em R\$ 3.194), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo junto aos bancos HSBC, BNDES e utilização de saldo de conta garantida dos bancos Santander, Votorantim e ABC para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações.

Dando continuidade aos objetivos estratégicos, a administração vem adotando medidas para suprir a insuficiência de capital de giro através da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, o qual foi aprovado pela diretoria do banco, por meio da decisão “Dir. 1434/2013-BNDES”, em reunião no dia 30 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 180.538, divididos em subcréditos dos quais tem incidência de taxas de juros que variam de TJLP a TJLP + 3,87% a.a., com previsão de desembolso no primeiro trimestre de 2014 e vencimento da última parcela de amortização para o ano de 2028.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 **Em milhares de reais**

Estrutura societária

Em 10 de junho de 2011, foi deliberada a aprovação do Estatuto Social da Concessionária Rota do Atlântico S.A. com capital subscrito de R\$ 60.000, representado por 60 milhões de ações ordinárias nominativas com valor de R\$ 1,00 cada uma. As ações foram igualmente subscritas, na proporção de 50% cada uma, pelas sócias Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”) e Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. (“Invepar”). O capital de R\$ 60.000 foi totalmente integralizado no exercício de 2011.

Em 9 de abril de 2013, foi aprovado pelo Poder Concedente a transferência de controle da Companhia que era detida pela OPI para a titularidade da Odebrecht Transport Participações (“OTPP”) sendo mantidas inalteradas as ações de titularidade da Invepar.

Em 3 de setembro de 2013, foi aprovado pelo Poder Concedente a transferência de controle da Companhia que era detida pela OTP para a titularidade da Odebrecht Transport (“OTP”), sendo mantidas inalteradas as ações de titularidade da Invepar.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 5 de fevereiro de 2014.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vida útil dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”).

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos prejuízos dos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa para uso da administração, saldo de fundo de troca reserva para caixas de praça de pedágios, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos e passivos financeiros mantidos para negociação. Um ativo e passivo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como circulante.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de hedge.

(c) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 **Em milhares de reais**

(d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia gerou lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

(e) Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(f) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

(g) Ativos intangíveis

(g.1) Infraestrutura

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01, item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público.

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico somado a margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O reconhecimento dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que podem vir a afetar os saldos registrados.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontrar-se disponível para ser utilizado nas operações da Companhia.

A amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear, a qual está limitada ao prazo da concessão.

(g.2) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 10.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(g.3) Estudos de projetos

Os estudos de projetos para desenvolvimento de concessões são capitalizados e amortizados apenas após a fase de pesquisa ser concluída, nos termos no CPC 04, adotando o método linear de apropriação, pelo prazo da concessão (35 anos).

(g.4) Adiantamento a fornecedores

Os valores pagos a título adiantamentos aos fornecedores são avaliados ao custo e estão previstos no contrato de execução de obras civis firmado junto às construtoras.

O montante de adiantamento é realizado de acordo com a execução das obras e deduzido dos pagamentos das parcelas mensais posteriores.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 **Em milhares de reais**

(h) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(l) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

(m) Reconhecimento de receita

A Rota do Atlântico se encontra em fase pré-operacional, e ainda não gera receitas provenientes de cobrança de pedágios. O início das operações, e consequentemente, o reconhecimento de receitas desta natureza iniciou-se no mês de janeiro de 2014.

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura, a Companhia utilizou o custo total incorrido, somado a margem de lucro de construção estimada.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Até a data da aprovação dessa demonstração financeira, pela Administração da Companhia, não foi publicado novos pronunciamentos ou interpretações de CPC que possam causar distorções relevantes nos números apresentados.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que os ativos financeiros e não financeiros, ou o grupo de ativos financeiros e não financeiros estão deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros e não financeiros estão deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro e não financeiros ou grupo de ativos financeiros e não financeiros que podem ser estimados de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido. Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social no montante de R\$464 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 205), calculados sobre a margem de construção do seu ativo concessivo, conforme ICPC 01, a alíquota nominal de 34% (Nota 19.1).

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 6.755 (referente ao prejuízo do exercício de 2013) e R\$ 3.025 (referente ao prejuízo do exercício de 2012), calculados sobre a alíquota nominal de 34% (Nota 19.2).

(c) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia estimou como base para amortização dos bens intangíveis originados do contrato de concessão, um modelo linear em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira e contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2013 e 2012, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(d) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

4.1 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio, conforme demonstrado no balancete patrimonial com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumarizados:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 11)	193.094	64.917
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(2.956)	(483)
Dívida líquida	<u>190.138</u>	<u>64.434</u>
Total do patrimônio líquido	<u>67.760</u>	<u>51.385</u>
Total do capital	<u>257.898</u>	<u>115.819</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>74</u>	<u>56</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Mensurados ao valor justo		
Aplicação financeira de liquidez imediata	<u>1.274</u>	
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>1.682</u>	483
	<u>2.956</u>	<u>483</u>
Outros passivos financeiros		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Partes relacionadas (Nota 8)		19
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	193.094	64.917
Fornecedores (Nota 12)	<u>1.334</u>	<u>4.091</u>
	<u>194.428</u>	<u>69.027</u>

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundo fixo	7	4
Fundo de troca	79	
Bancos conta movimento	1.596	479
Aplicação financeira de liquidez imediata (i)	<u>1.274</u>	
	<u>2.956</u>	<u>483</u>

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, CDBs, que foram remunerados a taxas praticadas no mercado.

7 Tributos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda	68	145
Contribuição social	55	55
IRRF sobre aplicação financeira	<u>715</u>	<u>633</u>
	<u>838</u>	<u>833</u>

8 Saldos e transações com partes relacionadas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo		
Adiantamentos a fornecedores	<u>520</u>	<u>5.924</u>
Passivo		
Mútuo		19
Fornecedores (nota 12)		<u>3.765</u>
		<u>3.784</u>
Resultado		
Serviços de construção do exercício	<u>108.068</u>	<u>73.323</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas referem-se ao contrato de execução de obras (Nota 1), firmado em 29 de julho de 2011 junto à CNO e a Construtora OAS.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

A remuneração total paga aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, totalizou R\$ 1.954 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 1.014), conforme Nota 17, sendo a mesma vinculada a honorários e outros benefícios de curto prazo.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

9 Imobilizado

(i) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação	2013		2012	
		Custo	Depreciação acumulada	Custo	Líquido
Móveis e utensílios	10,00%	174	(41)	133	154
Máquinas e equipamentos	10,00%	16	(10)	6	6
Computadores e periféricos	20,00%	151	(68)	83	114
Ferramentas e aparelhos	10,00%	4		4	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50,00%	187	(187)		28
		<u>532</u>	<u>(306)</u>	<u>226</u>	<u>304</u>

(ii) Movimentação

	2.013	2.012
Saldo no início do exercício	304	430
(+) Adição		359
(-) Depreciação	(78)	(163)
(-) Transferências		(322)
Saldo no final do exercício	<u>226</u>	<u>304</u>

10 Intangível

	Outros intangíveis					Adiantamentos a fornecedores	Total
	Intangível de infraestrutura	Estudos e projetos	Sistema de arrecadação	Instalações	Outros		
Saldo em 1º de janeiro de 2013	<u>107.576</u>	<u>3.583</u>	<u>2.124</u>		<u>353</u>	<u>5.924</u>	<u>119.560</u>
Aquisições	119.179		1.318	2.682	3.988	5.397	132.564
Amortização		(106)		(23)	(79)		(208)
Transferências	9.564			165	567	(10.296)	
Saldo contábil	<u>236.319</u>	<u>3.477</u>	<u>3.442</u>	<u>2.824</u>	<u>4.829</u>	<u>1.025</u>	<u>251.916</u>
Saldo de Custo	236.319	3.735	3.469	2.847	4.932	1.025	252.327
Amortização acumulada		(258)	(27)	(23)	(103)		(411)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>236.319</u>	<u>3.477</u>	<u>3.442</u>	<u>2.824</u>	<u>4.829</u>	<u>1.025</u>	<u>251.916</u>
Taxas anuais médias de amortização		2,86%	10%	10%	2,86% a 20%		

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

(a) Intangível de infraestrutura

Referem-se aos custos e margem de construção (Nota 15) dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

A amortização se iniciará a partir da data em que a operação da Companhia se iniciar, e deverá ser realizada pelo método linear, a qual está limitada ao prazo da concessão.

O montante do custo está registrado considerando uma margem de construção de 1%, conforme orientações contidas no ICPC 01.

(b) Outros intangíveis

Referem-se, principalmente aos estudos e projetos, sendo amortizados pelo prazo total da concessão (35 anos) e ao sistema de arrecadação com amortização de 10% ao ano.

(c) Adiantamentos a fornecedores

O contrato de execução de obras civis assinado pela Companhia em 29 de julho de 2011, junto à CNO e à Construtora OAS, prevê em cláusula específica o adiantamento de pagamento correspondente ao percentual do preço global para execução dos serviços.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” reflete o montante pago a título de adiantamento, reduzido das deduções realizadas nas parcelas liquidadas do contrato de execução de obras em 2013:

	<u>2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Deduções</u>	<u>2013</u>
CNO	2.962	2.000	(4.702)	260
Construtora OAS	2.962	2.000	(4.702)	260
MZT Soluções		784	(677)	107
Outros		613	(215)	398
	<u>5.924</u>	<u>5.397</u>	<u>(10.296)</u>	<u>1.025</u>

A amortização do exercício refere-se apenas ao grupo de “Outros intangíveis”, pois os “ativos de infraestrutura” ainda não se encontravam em operação em 31 de dezembro de 2013.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

11 Empréstimos e financiamentos

Em 12 de julho de 2012, a Companhia contratou empréstimo ponte de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 63.254. Desse montante, o equivalente a R\$ 44.278 está sujeito a encargos de TJLP + 2,80% a.a. e o equivalente a R\$ 18.976 está sujeito a encargos de TJLP + 3,80% a.a. O saldo total em dezembro de 2013 é de R\$ 70.253 (em dezembro de 2012 é de R\$ 64.917).

Em 18 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu Notas Promissórias Comerciais, no montante de R\$ 75.000, sujeitas a encargos de CDI + 0,95 % a.a., através de contrato de colocação junto a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, sendo integralmente adquiridas pelo mercado. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 75.184.

Em outubro de 2013, a Companhia passou a utilizar saldo de crédito em conta garantida junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 8.000, sujeito a encargos de 127% do CDI a.a.; em dezembro de 2013 junto ao Banco Santander, no montante de R\$ 21.000, sujeito a encargos de CDI + 2,5% a.a.; em dezembro de 2013 junto ao Banco Votorantim, no montante de R\$ 8.500, sujeito a encargos do CDI + 3,283% a.a.; em dezembro de 2013 junto ao Banco ABC, no montante de R\$ 10.000, sujeito a encargos do CDI + 3,66% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2013 da soma das contas garantidas é de R\$ 47.721.

A composição das liberações das operações de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está apresentada da seguinte forma:

Banco	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	2013	2012
BNDES	ago/12	36.883	fev/14	TJLP + 2,80%	40.932	37.952
BNDES	nov/12	7.395	fev/14	TJLP + 2,80%	8.063	7.450
BNDES	ago/12	15.807	fev/14	TJLP + 3,80%	17.776	16.319
BNDES	nov/12	3.169	fev/14	TJLP + 3,80%	3.481	3.196
BRASIL	out/13	8.000	fev/14	127% do CDI	8.000	
SANTANDER	dez/13	21.000	fev/14	CDI + 2,5%	21.061	
VOTORANTIM	dez/13	8.500	fev/14	CDI + 3,283%	8.602	
HSBC	dez/13	75.000	jun/14	CDI + 0,95%	75.185	
ABC	dez/13	10.000	jun/14	CDI + 3,66%	9.994	
		<u>185.754</u>			<u>193.094</u>	<u>64.917</u>

(i) Garantias

A garantia fidejussória do empréstimo ponte de longo prazo junto ao BNDES é uma fiança, formalizada mediante carta de fiança, prestada pelo banco Bradesco.

A emissão das Notas Promissórias é suportada através de Contrato Suporte de Acionistas.

(ii) Valor Justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que se trata de obrigação de curto prazo recentemente contratados em condições de mercado.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

12 Fornecedores

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Partes Relacionadas		
CNO		1.953
OAS		1.812
		<u>3.765</u>
Terceiros		
Outros	1.334	326
	<u>1.334</u>	<u>326</u>
	<u>1.334</u>	<u>4.091</u>

13 Tributos a recolher

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ISS retido de terceiros	884	147
INSS retido de terceiros	85	10
IRRF sobre folha de pagamento	75	52
Outros	45	4
	<u>1.089</u>	<u>213</u>

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 11 de março de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia em R\$ 26.756 passando de R\$ 60.000 para R\$ 86.756, mediante a emissão de 26.756.000 (vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta e seis mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional à participação de cada acionista.

Composição acionária e capital social em 31 de dezembro de 2013.

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Capital social</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A ("Invepar")	43.378.000	43.378
Odebrecht Transport S/A ("OTP")	43.378.000	43.378
	<u>86.756.000</u>	<u>86.756</u>

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

(b) Destinação dos lucros

O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros auferidos em cada exercício, após a aprovação por Assembleia Geral Ordinária:

- (i) 5% para reserva legal até que seu montante atinja 20% do capital social;
- (ii) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade, por proposta do Conselho de Administração;
- (iii) constituição de reservas de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; e
- (iv) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76.

15 Receita de construção

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita de construção - ICPC 01	137.708	74.348
Custo - ICPC 01 (Nota 16)	(136.344)	(73.612)
Lucro bruto	<u>1.364</u>	<u>736</u>
Margem	1,00%	1,00%

Na apuração do valor justo da sua receita de construção, a Companhia considerou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais margem de 1%, nos termos do ICPC 01.

16 Custo de construção

Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados de infraestrutura, tomando-se por base as orientações contidas no ICPC 01. A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 136.344 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 73.612).

17 Despesas operacionais gerais e administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas com pessoal	7.921	3.909
Honorários da administração	1.954	1.014
Prestadores de serviços	4.592	1.463
Gastos gerais administrativos	4.138	2.428
Publicidade e propaganda	152	40
Depreciação e amortização	286	321
Outras despesas	6	87
	<u>19.049</u>	<u>9.262</u>

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

18 Resultado financeiro, líquido

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita financeira		
Outras receitas financeiras	15	
Rendimento de aplicação financeira	89	495
	104	495
Despesa financeira		
Juros de empréstimos e financiamentos	(1.887)	(224)
Comissões e despesas bancárias	(206)	(142)
Outras despesas financeiras	(44)	(1)
	(2.137)	(367)
Resultado financeiro, líquido	<u>(2.033)</u>	<u>128</u>

19 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

19.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

(a) Composição

Os saldos de passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos diferidos sobre a margem da receita de construção	<u>813</u>	<u>349</u>

(b) Conciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte conciliação em seus valores a alíquota nominal:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita de construção	137.708	74.348
Custo de construção	(136.344)	(73.612)
Margem da receita de construção (Nota 15)	1.364	736
Alíquota de imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(464)</u>	<u>(250)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	9.780	
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u>9.316</u>	<u>(250)</u>

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

19.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

(a) Composição

Os saldos de ativos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2013</u>
Tributo diferido sobre prejuízo fiscal acumulado	<u>9.780</u>

(b) Conciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte conciliação em seus valores a alíquota nominal:

	<u>2013</u>
Prejuízos acumulados antes de imposto de renda e contribuição social	(28.034)
Adições	1.369
Exclusões	(2.100)
Base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social	<u>(28.765)</u>
Imposto de renda e contribuição social (34%)	(9.780)

(c) Estimativa de compensação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Imposto diferido ativo a ser recuperado	<u>2013</u>
2014	82
2015	667
2016	1.758
2017	2.833
após 2017	<u>4.440</u>
	<u>9.780</u>

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

20 Contingência

A Companhia é parte envolvida em processo trabalhista e está discutindo essa questão na esfera judicial.

A administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes desse processo em virtude de não ser provável a ocorrência de uma saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2013 o montante considerável como possível, pelos assessores jurídicos externos, é de R\$ 100.

21 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do Contrato de Concessão, onde são exigidos: (i) Seguros de riscos operacionais; (ii) Seguro garantia de execução; (iii) Seguro de responsabilidade civil de operações; (iv) Seguro de responsabilidade civil de obras; e (v) Seguro de riscos de engenharia.

Até 31 de dezembro de 2013, foram contratados os seguros demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil geral	Allianz Seguros	novembro de 2014	18.000
Seguro garantia de execução	Banco Fator Seguradora	dezembro de 2014	25.260
Risco operacional	Tóquio Marine	junho de 2014	12.000
Responsabilidade civil de administradores	AIG Seguros	junho de 2014	20.000

22 Eventos subsequentes

Em 4 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

A receita operacional da prestação de serviços por tarifa de pedágio, em geral é reconhecida no período em que os serviços são prestados.
